

Crítica Cética ao Argumento do Desígnio

David de Souza (Bolsista PIBIC/CNPq – UFSC)

Orientadora : Sara Albieri

“...eu tomo aqui como exemplo a prudente circunspeção de Simônides que, de acordo com a célebre narrativa, ao ouvir de Hierão a pergunta: Que é Deus?, pediu um dia para pensar sobre o assunto, e depois dois dias mais, prolongando dessa forma indefinidamente o prazo, sem nunca chegar a apresentar sua definição ou descrição.” (Diálogos, parte II, pág. 40)

I - Introdução

Ao se falar do Argumento do Desígnio logo lembramos da clássica metáfora do relógio e do relojoeiro, usada por um grande número de teístas para justificar a existência de uma divindade, artífice dos céus e da terra. Vejamos, brevemente, como nos apresenta tal metáfora um dos mais conhecidos defensores do Argumento do Desígnio: o reverendo inglês William Paley (1743-1805) em sua *Teologia Natural* (1802):

“Na travessia de uma campina, vamos supor que eu tropeçasse numa pedra, e me perguntasse como aquela pedra tinha ido parar ali. Eu poderia responder que, ao que eu saiba, aquela pedra já estava ali desde sempre. Mas, e se eu encontrasse um relógio no chão, e perguntasse como aquele relógio tinha ido parar ali?”¹

Sabemos que uma pedra difere de um relógio por possuir este último certas propriedades que a pedra não possui. E isto não pode ser simples fruto do acaso: “lance ao ar um conjunto de diversas peças de aço, sem talhe ou forma: elas jamais se arranjarão por si mesmas de modo a produzir um relógio”² diz o personagem Filo, ao expor a tese defendida por Cleantes nos *Diálogos Sobre a Religião Natural* de David Hume (1711-1776). O relógio apresenta-se como produto de um artífice, possui um uso, uma finalidade. É forçoso, portanto, admitir que o relógio encontrado por Paley tenha um criador:

...deve ter existido, em algum momento e em algum lugar, um artífice ou artífices que o fabricaram com a finalidade a que hoje podemos ver que corresponde; este artífice concebeu sua construção, e planejou o relógio para este uso.

Ou seja, aqui o produto torna-se prova da existência de pelo menos um produtor, de um relojoeiro. Se nos voltarmos para o mundo em seu funcionamento: os sistemas solares, os planetas em suas órbitas, o ciclo das estações na terra, a organização dos seres vivos, os órgãos desses seres, a função aparente de cada órgão, a complexidade de cada organismo vivo, veremos uma perfeição e um planejamento muito superior àquele encontrado no relógio de Paley. Dessa forma, havendo um planejamento, deve haver um planejador. “Este planejador, diz Paley, só pode ter sido uma pessoa. E esta pessoa é Deus”

Abandonemos aqui Paley e seu relógio para nos situarmos um pouco na história e adentrarmos nos argumentos deístas e céticos.

II – Deísmo: A Religião Natural

O deísmo, também chamado Religião Natural ou Teologia Natural, em voga no início do século XVIII, procura estabelecer argumentos racionais em defesa da existência de uma Divindade; arroga-se, aliás, provar esta existência empiricamente, partindo de um argumento indutivo que infere Deus a partir do mundo e de seus fatos: o Argumento do Desígnio.

Esta concepção deísta, mesmo apontando uma possibilidade de provar a existência de deus pela experiência, é acusada de ateísmo disfarçado pelos religiosos ortodoxos da época. Isto por destituírem Deus de moralidade, por abandonarem os ‘textos sagrados’ e, conseqüentemente, tirarem a autoridade dos teólogos. Por sua vez, “os deístas acusam os ortodoxos de sobrepassar arbitrariamente os dados da razão”³ No entanto, há de certa forma uma ligação entre o deísmo e o ateísmo, pois estes “ligam-se a todas as reclamações em favor da tolerância, a todas as tendências reformadoras”⁴ Ambos renegam a autoridade da igreja.

Segundo Clément Rosset, a Religião Natural “é uma semi-opção que procura infiltrar-se entre a opção materialista e a opção teológica, valendo-se de uma natureza que se encontra a meio caminho entre o acaso e a ordem divina”⁵ e que, embora procure disfarçar-se em racionalismo, não passa de uma “solução bastarda que não se decide a romper seus vínculos teológicos”⁶

Nos *Diálogos Sobre a Religião Natural*, Hume faz uma apresentação dos argumentos que sustentam a Religião Natural, mostrando que ela no fundo é apenas uma nova versão da religião oficial, e, tal como esta, não possui argumentos suficientemente fortes para manter-se de pé ante uma crítica mais severa. Através do personagem Filo, o cético, Hume mostra o porquê da fragilidade dos fundamentos do deísmo, e por extensão de toda teologia, bem como de seu contrário, o ateísmo⁷ Os *Diálogos* envolvem ainda outros dois personagens: Demea, que procura estabelecer uma prova *a priori* da existência de Deus, afirmando que sua natureza “é-nos completamente incompreensível e desconhecida” (D,27); e Cleantes, que procura inferir deus a partir do mundo, prova *a posteriori*, estabelecendo assim o Argumento do Desígnio, argumento este que fundamenta a Religião Natural.

Antes, porém, de entrar nos argumentos de Hume, é interessante lembrar que sua crítica à prova da existência de Deus não se resume a uma crítica aos deístas da Religião Natural, mas abrange e atinge toda uma tradição filosófica que nos remete, pelo menos, até Platão⁸

Um detalhe interessante e ainda pouco explorado, que gostaria aqui de mencionar, é a semelhança dos *Diálogos* de Hume com aquele de Cícero, intitulado “De Natura Deorum” (*Da Natureza dos Deuses*). André Vergez afirma que esta obra inspirou Hume a escrever os *Diálogos*⁹ “De Natura Deorum” de Cícero é também um diálogo entre três personagens, Balbo, Cotta e Veleio, discutindo sobre a natureza dos deuses segundo concepções das filosofias estóica e epicurista. Curioso é que esta obra de Cícero, por sua vez, fora inspirada por outra, um tratado “Sobre a Providência” (περι προνοιας) de um tal Panétius.

III – O Argumento do Desígnio

Vejamos, então, como o personagem dos *Diálogos*, Cleantes, defensor da Religião Natural, apresenta seu argumento. O mundo, afirma ele, assemelha-se a

“uma grande máquina, subdividida em um número infinito de máquinas menores” (D,30); pois este funciona de forma tão perfeita, com suas partes, mesmo as menores, ajustando-se umas as outras com simetria e precisão. Ainda, a “singular adaptação dos meios aos fins ao longo de toda a Natureza, assemelha-se exatamente, embora exceda-os em muito, aos produtos do engenho dos seres humanos, de seu desígnio, pensamento, sabedoria e inteligência” De modo que, assim como, enquanto efeitos, se assemelham os produtos da natureza e os artifícios dos homens, “somos levados a inferir, (...) em conformidade com todas as regras da analogia, que também as causas são semelhantes” Ora, a causa dos artifícios dos homens é atribuída à sua inteligência, sua mente ou razão, portanto, a causa do mundo, uma vez assegurada a semelhança entre este e os produtos da mente humana, deve ser, também, atribuída a uma inteligência, mente ou razão suprema. Da mesma forma que uma casa ou um barco, para terem existência, passam necessariamente pelo escopo dum carpinteiro, este mundo em que vivemos, dados seus minuciosos mecanismos tão bem aperfeiçoados e ajustados, necessariamente, aponta para um artífice imensamente engenhoso. Assim, diz Cleantes, prova-se a “um só tempo, a existência de uma Divindade e sua semelhança com a mente e inteligência humanas” (D,31).

Poucas páginas adiante encontramos o personagem Filo, o cético, provisoriamente argumentando em favor da teoria de Cleantes: “por tudo que nós é dado saber a priori, diz ele, a matéria pode conter originalmente em si mesma a fonte ou o móvel da ordem, do mesmo modo que a mente os contém” (D,35). No entanto, pela experiência sabemos que há uma grande diferença entre elas. Simples peças de metal lançadas ao ar não se ajustarão por si de modo a formar uma máquina, um relógio, por exemplo. Pelo contrário, as idéias, que parecem encontrar-se em um imenso caos no interior da mente, “por um inexplicável e desconhecido princípio de organização” arranjam-se e dispõem-se por si mesmas, com tal coerência que forma projetos os mais diversos, casas, relógios, etc. “A experiência, portanto, prova que há um princípio originário de ordenação na mente, mas não na matéria” Assim, tendo o universo perfeito ajuste dos meios aos fins, tal como se pode encontrar nos produtos da mente humana, é de se supor que também a causa do ajuste no universo seja semelhante à da arte: “de efeitos similares inferimos causas similares” (D,36).

IV Crítica Cética

A primeira oposição que Filo faz ao Argumento do Desígnio é pôr em dúvida esta suposta semelhança do universo com a arte dos homens, afirmando que “a desigualdade é tão marcante que o máximo que (...) [se] pode pretender, nesse caso, é conjecturar, supor ou presumir a existência de uma causa similar” (D,33).

Comparar, diz Filo, “casas, navios, peças de mobiliário e máquinas ao universo”, parece ser “um passo tão largo” e a inferência feita ao se afirmar similaridade entre as causas destes, não parece partir da experiência, como pretende Cleantes. Uma vez que “pensamento, propósito, inteligência” existentes nos animais, humanos e não humanos, são, tal como o calor e o frio, a atração e a repulsão, entre muitos outros, apenas alguns dos “motores e princípios do universo” (D,37). Constituem uma causa ativa que tornam algumas partes da natureza, no caso, os

seres humanos, capazes de transformar outras partes, madeira, por exemplo, em casas e barcos. E “será legítimo transferir para o todo uma conclusão acerca das partes?” Mas, mesmo que consideramos como plausível tomar “as operações de uma parte da Natureza sobre outra” e sobre isto fundarmos “nossos juízos acerca da origem do todo”, por que selecionaríamos justamente algo tão “insignificante, tão frágil, tão limitado como é a razão e o propósito nos animais? (...) Que mérito especial tem essa diminuta agitação do cérebro que denominamos ‘pensamento’ para que precisemos tomá-la como modelo do universo por inteiro?” (D,38).

Como já sabemos, Cleantes, defensor da Religião Natural, afirma que a Divindade assemelha-se a um artífice, e que este planejou e arranjou em idéias todo o universo, semelhante a um arquiteto que elabora todo o esquema de uma construção antes de efetivá-la. Filo, pede então, a causa primeira deste artífice ou do “mundo ideal” que originou este mundo material. E dado que esta pergunta leva a um regresso *ad infinitum*, aconselha que seria melhor “jamais lançar os olhos para além do mundo material presente” (D,64). Descarta também, a possibilidade de que o “Ser Supremo” possa ter se auto gerado, pois isto não poderia ser mais inteligível do que afirmar que o mundo material se dispôs em ordem por sua própria natureza. Visto que, se temos “experiência de idéias que se dispõem em ordem por si mesmas e sem nenhuma causa *conhecida*” também temos, e em maior número, exemplos “de um comportamento semelhante na matéria, a saber, em todos os casos de geração e crescimento vegetativo, nos quais a análise detalhada da causa excede toda compreensão humana” Além disso, temos exemplos, tanto do pensamento quanto da matéria, de sistemas que não apresentam nenhuma ordem: “do primeiro, na loucura, do segundo, na corrupção” Portanto, por que pensar que a ordem é mais essencial às idéias do que à matéria? E que vantagem estaremos tendo em buscar o princípio do universo material num universo de idéias, se ambos requerem uma causa? Filo diz, então, que seria mais prudente limitar nossas investigações ao presente mundo material. Pois, “nenhuma satisfação poderá jamais ser alcançada por meio dessas especulações, que tanto excedem os estreitos limites do entendimento humano” (D,65).

Filo compara a explicação antropomórfica de Cleantes àquela dos peripatéticos que recorriam a *qualidades ocultas*, para disfarçar sua ignorância: “ao serem interrogados sobre a causa que produz a ordenação das idéias do Ser Supremo, poderiam vocês, antropomorfistas, dar qualquer outra razão que não a de que é uma faculdade *racional*, e de que essa é a natureza da Divindade”? No entanto, uma resposta semelhante serviria para a questão da ordem na natureza, afirmando-se que esta possui em si mesma “uma *faculdade* de ordem e proporção” dispensando-se assim, “o recurso a um criador” o que seria uma maneira mais “douta e refinada” (D,66) de se admitir a ignorância.

Diante desta argumentação de Filo, Cleantes volta a insistir que a prova de um desígnio está na própria “ordem e arranjo da natureza”, no perfeito ajuste das causas finais; em cada parte, em cada organismo, em cada órgão a evidência de um propósito é manifesta. “Tudo isso proclama na linguagem mais clara a existência de um autor ou causa intelectual” E quanto à causa dessa causa, Cleantes confessa não saber, e diz que isto não lhe diz respeito, pois aí encontrou uma Divindade e aí detém sua investigação. “Que sigam adiante os que forem mais sábios ou em-

preendedores” (D,67).

Afirmando não pretender ser nem uma nem outra coisa, Filo diz que talvez não devesse ter ido tão longe para chegar àquilo que “desde o início e sem maiores aborrecimentos” poderia ter-lhe satisfeito; já que tem de permanecer na “total ignorância das causas, sem poder explicar absolutamente nada” (D,67), não há vantagem alguma em se livrar de uma dificuldade momentânea, se ela reaparecerá em seguida, e com muito mais força.

O Argumento do Desígnio, usado pela Religião Natural como prova da existência duma Divindade, sucumbe definitivamente quando levantamos contra ele alguns argumentos apresentados por Hume quando trata do afamado ‘problema da indução’ exposto na *Investigação Sobre o Entendimento Humano* (1748). Vejamos como isto se dá.

Na seção IV da *Investigação* Hume diz que “todos os objetos da razão ou investigação humana podem ser divididos naturalmente em duas espécies, a saber: relações de idéias e questões de fato”¹⁰ À Geometria, Álgebra e Aritmética pertencem as relações de idéias; as questões de fato se verificam de uma outra forma, e a evidência da verdade destas, não possui a mesma natureza que a das relações de idéias. Claro que ‘quatro vezes cinco é igual a soma de dez mais dez’ é algo que diz respeito a “operação do pensamento”, não da experiência, e jamais se poderia provar o contrário. Mas no que concerne às questões de fato, as coisas se dão de outro modo. Diz Hume:

“O contrário de toda afirmação de fato é sempre possível, pois que nunca pode implicar uma contradição e é concebido pelo intelecto com a mesma facilidade e clareza, como perfeitamente conforme à realidade. Que *o sol não nascerá amanhã* não é uma proposição menos inteligível e não implica mais contradição do que a assertiva contrária, de que *o sol nascerá*. Seria vão, por isso, tentar demonstrar a sua falsidade. Se isso fosse demonstrativamente falso, implicaria uma contradição e jamais poderia ser claramente concebido pelo intelecto.”¹¹

Bem, quando o personagem Cleantes, em defesa da Religião Natural, busca justificativa na experiência para provar a existência de Deus, está na verdade querendo dizer que a existência de Deus é uma questão de fato. Ora, como acabamos de ver, Hume afirma que o contrário deste tipo de afirmação é sempre possível, logo, podemos afirmar, com o apoio da própria filosofia humeana, que é possível que Deus não exista. A ocorrência desta possibilidade faz com que a tese defendida por Cleantes seja falha; esta falha no Argumento do Desígnio dá-se da seguinte maneira.

Hume diz que “todos os raciocínios sobre questões de fato parecem fundar-se na relação de causa e efeito”¹² Em nossa presente análise o efeito é o mundo e a causa Deus, conforme a inferência feita por Cleantes. E nisto há a suposição de que “existe uma conexão entre o fato presente (o mundo) e o que dele inferimos (Deus). Se não houvesse nada para ligá-los, a inferência seria completamente precária”¹³ O conhecimento desta relação, diz Hume, não é obtido *a priori*, mas somente pela experiência; porém, não há nada nela que nos garanta este tipo de

inferência, pois, “todo efeito é uma ocorrência distinta de sua causa”¹⁴ É somente pelo *hábito* que nós pressupomos existir uma conexão entre causa e efeito; e isto não é um argumento logicamente válido. O fato de que até agora todos os planetas observados sejam de forma esférica, não nos garante que não haja planetas quadrados ou triangulares. Da mesma forma, o fato de todos os objetos mecânicos até então conhecidos serem produtos do desígnio dos homens, não nos garante que não possa haver objetos mecânicos que sejam, por exemplo, produtos do encontro fortuito da matéria. Afinal, “o início do movimento na própria matéria é *a priori* tão concebível quanto sua comunicação a partir da mente, ou da inteligência” (D,106/7). Ou seja, o simples caso de parecer que este mundo fora feito por um artífice, não elimina a suposição de que possa ter-se gerado da pura matéria.

Esta ‘análise’ da Religião Natural, já encontramos com a mesma argumentação, exposta e criticada por um suposto ‘amigo’ de Hume, na seção XI da *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. A seção, intitulada *De uma providência Particular e de um estado futuro*, é como que um esboço daquilo que Hume apresentará nos Diálogos. O assunto é a divindade, a seção é em forma de diálogo e o ceticismo está presente. Ali, o ‘amigo’ de Hume reconhece “que o principal ou único argumento em favor de uma existência divina (...) deriva da ordem da natureza”, e resume o Argumento do Desígnio: “do bom arranjo da obra inferis o plano e a providência do autor” E ao fim da seção o ‘problema da indução’ é colocado:

“Só quando duas *espécies* de objetos aparecem constantemente unidas podemos inferir uma da outra; e caso se apresentasse um efeito que fosse inteiramente singular e não pudesse ser incluído em nenhuma *espécie* conhecida, não creio que pudéssemos formar qualquer conjectura ou inferência sobre sua causa.’

Portanto, não podemos concluir, ao menos com segurança, a partir do efeito *mundo* a causa *Deus*, uma vez que o mundo se nos apresenta como algo absolutamente singular e, não temos experiência alguma de mundos se formando a partir de Deuses.

V - Conclusão

Podemos nos perguntar: por que Hume, sendo um cético, preocupou-se, a ponto de escrever os *Diálogos*, em refutar a prova da existência de Deus apresentada pelo Argumento do Desígnio? A primeira resposta que nos vem é aquela que encontramos nas páginas iniciais dos *Diálogos*: “Opiniões opostas, mesmo que não levem a qualquer decisão, proporcionam um agradável entretenimento; e, se o assunto é curioso e interessante, o livro de uma certa forma nos convida à participação, unindo assim os dois maiores e mais puros prazeres da vida humana: estudo e convivência social” (D,04). Mas, sem dúvida, o fato da Religião Natural ter pretensões de prova empírica já seria o suficiente para que ele a investigasse; afinal, “os argumentos *físicos* tirados da analogia da natureza (...) são verdadeiramente os únicos argumentos filosóficos a se admitir (...) acerca de toda questão de fato”¹⁵ diz Hume no ensaio *Da Imortalidade da Alma*. Assim sendo, é compreensível que

ele se tenha voltado ao assunto para, pelo menos, apontar a ausência de empiria no Argumento do Desígnio.

Mas, voltemos ao reverendo Paley. Devemos atentar para o fato de que um relógio e o universo não são assim tão semelhantes como o quer Paley. O universo é um fato singular, o relógio, algo que está contido neste fato singular; logo, estaremos usando de uma parte para explicar o todo, se aceitarmos a semelhança como argumento. A certeza que Paley tem de que o relógio encontrado foi criado por um relojoeiro só é possível porque ele teve experiências que o fazem crer que sempre que encontrar um relógio, haverá um relojoeiro. Hume afirma ser isto apenas um hábito de nosso raciocínio, na verdade não há nenhuma certeza lógica de que o próximo relógio que o nosso reverendo encontrar seja produto de um relojoeiro, de um desígnio. E mais, se não é segura nossa comparação entre o universo e o relógio, mais difícil será fazer qualquer afirmação sobre o autor daquele, se é que houve algum.

A partir da mera observação de um efeito singular, o mundo, inferir um artífice superior como causa, não condiz com um bom raciocínio filosófico. Primeiro que, quando o efeito está muito distanciado de sua suposta causa, a analogia já se torna precária; segundo que, se nunca tivemos experiência da ocorrência deste efeito como seguindo-se àquela causa, torna-se ainda mais difícil fazermos a inferência; e por último, se podemos supor com a mesma força tantas outras causas como possíveis de produzir este efeito, como poderemos estar certos de qualquer inferência neste assunto?

BIBLIOGRAFIA

- AYER, A. J. (1981): *Hume*, tradução de Maria Luíza Pinheiro, coleção Mestres do Passado, Publicações Dom Quixote.
- BRÉHIER, Émile (1977): *História da Filosofia*, (tomo segundo A filosofia moderna) trad. Eduardo Sucupira Filho; Ed. Mestre Jou, São Paulo.
- CICÉRON *De la Nature des Dieux*; trad. Charles Appuhn; Ed. Librairie Garnier Frères, Paris.
- GOULD, S. J. (1992): *Dedo Mindinho e Seus Vizinhos*. Companhia das Letras, São Paulo.
- HUME, David (1992): *Diálogos Sobre a Religião Natural*; [tradução de José Oscar de Almeida Marques; prefácio de Michel Wrigley].- São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1980) *Ensaios Morais, Políticos e Literários*; trad. João Paulo G. Monteiro e Armando Mora D'Oliveira. 2ª. Ed São Paulo, Abril Cultural.
- _____ (1980): *Investigação Sobre o Entendimento Humano*; trad. Leonel Vallandro.- 2ª. Ed São Paulo, Abril Cultural.
- _____ (1995): *Investigação Sobre os Princípios da Moral*, trad. José Oscar de Almeida Marques São Paulo. Ed. da Unicamp.
- _____ (1971): *L'histoire Naturelle de la Religion -e autres essais sur la religion-* Trad. Michel Malherbe. Librairie Philosophique J. Vrin, Paris.
- _____ (1964): "Of the immortality of the soul" in: *Essays Withdrawn*, Scientia Verlag Achem, Germany.

- MONTEIRO, João Paulo (1982): *Hume e a Epistemologia*. Imprensa Nacional.
- ROSSET, Clément (1989): *A Anti-natureza : elementos para uma filosofia trágica*, trad. Getúlio Puell Rio de Janeiro, ed. Espaço e Tempo.
- VERGEZ, André (1984): *David Hume*, tradução. Maria Manuela Ramalinho Barreto edições 70, Lisboa.

NOTAS

- 1 Esta, e as duas próximas citações de Paley foram retiradas do capítulo 9 ('Darwin e Paley encontram a mão invisível') do livro *Dedo mindinho e seus vizinhos* de Stephen Jay Gould; págs. 146/7
2. *Diálogos Sobre a Religião Natural*; págs. 35/6. Nas próximas citações dos *Diálogos* usarei apenas a abreviatura "D" seguida do número da página.
3. E. Bréhier, *História da filosofia* – cap. II ('O deísmo e a moral do sentimento'), pág. 25.
4. Idem.
5. *A anti-natureza*, cap. 2 ('Natureza e religião'), pág. 42.
6. Idem.
7. A partir da análise dessa crítica é possível também afirmar que, tais argumentos podem também aplicar-se ao ateísmo, uma postura dogmática que Hume parece igualmente recusar.
8. Para Clément Rosset a crítica da religião feita por Hume confronta-se com a crítica da religião que habitualmente se praticava no século XVIII: não consiste em substituir uma ideologia reputada ilusória ou obscurantista pela idéia de natureza, mas em criticar qualquer forma de ideologia"; (*A anti-natureza*, pág. 42).
9. Em *Hume*, pág. 36.
10. *Investigação sobre o entendimento humano*, pág. 143.
11. Idem, pág. 143-144.
12. idem, pág. 144.
13. idem, pág. 144.
14. idem, pág. 145.
15. "The physical arguments from the analogy of nature are strong for the mortality of soul; and these are really the only philosophical arguments, which ought to be admitted with regard to this question, or indeed any question of fact. [parágrafo inteiro]. *Of the immortality of the soul*, p.403.